



SEGURANÇA

Nova opção de defesa para as mulheres

Governo autorizou ontem a compra e o uso de sprays de pimenta para a proteção pessoal. Lei ainda será regulamentada

» CAETANO YAMAMOTO*
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» PEDRO JOSÉ*

As mulheres maiores de idade podem agora comprar e usar sprays de pimenta para fins de defesa pessoal. A medida foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada, ontem, no *Diário Oficial da União* (DOU).

A legislação prevê a autorização da venda, da aquisição e da posse de aerossol de extratos vegetais, desde que os produtos estejam devidamente registrados. Sprays de pimenta são usados para conter temporariamente um agressor, e o uso deve ser cessado imediatamente após a neutralização da ameaça.

O dispositivo legal ainda depende de regulamentação por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e demais órgãos competentes. Eles vão definir, por exemplo, o volume das embalagens, a concentração da substância ativa e os padrões de segurança do aerossol de extratos vegetais.

Recipientes com capacidade superior a 50 ml de aerossol de extratos vegetais também foram classificados como de uso restrito, destinados exclusivamente às Forças Armadas, aos órgãos de segurança pública, às guardas municipais e aos demais órgãos responsáveis pela segurança de instituições do Estado e de autoridades governamentais.

De acordo com o texto, a aquisição do spray de pimenta será condicionada à comprovação de idade mínima de 18 anos, à apresentação de documento oficial de identificação com foto, à apresentação de comprovante de residência fixa e à inexistência de condenação criminal por crime doloso cometido com violência ou grave ameaça, comprovada mediante autodeclaração. O spray de pimenta adquirido

Wikimedia Commons



Dispositivos são usados para conter temporariamente o agressor, dando tempo para que a vítima possa escapar do local e procurar ajuda

será de uso individual e intransferível, não poderá conter substâncias de efeito letal ou de toxicidade permanente e deverá obedecer aos padrões técnicos e de segurança definidos em regulamento.

Além das exigências para as consumidoras, a lei impõe novas obrigações aos estabelecimentos autorizados a comercializar o produto. As empresas deverão manter registro das vendas para garantir a rastreabilidade dos aerossóis, armazenar os dados do comprador e da pessoa que portará dispositivo e

fornecer orientações básicas sobre o uso correto, seguro e responsável do equipamento.

A legislação também cria o Programa Nacional de Capacitação em Defesa Pessoal e Uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo para Mulheres, voltado à capacitação das mulheres. A implementação ocorrerá de forma progressiva e deverá observar a disponibilidade orçamentária, além de permitir a celebração de convênios e parcerias com outras instituições. O **Correio** entrou em contato

com a Anvisa para esclarecer a aplicação do texto, mas a instituição afirmou que, “como a lei foi publicada hoje (ontem), é necessária uma análise da mesma. Assim que tivermos atualizações, vamos compartilhar”.

Complemento

Para o professor de direito penal do Ibmec Brasília Tédney Moreira, a nova legislação representa uma ferramenta complementar de proteção, mas não substitui o dever do Estado de combater a violência

contra as mulheres. “O spray de pimenta é um instrumento de menor potencial ofensivo que pode criar uma oportunidade de fuga diante de uma agressão injusta, atual ou iminente, reduzindo a vulnerabilidade da vítima sem recorrer a meios letais. Mas, ao mesmo tempo, pode ampliar casos de reação violenta pelos agressores. A lei condiciona seu uso aos limites da legítima defesa previstos no Código Penal, além de prever regulamentação técnica e programas de capacitação”, explica. Segundo o especialista, o spray

Só para elas

- » Idade mínima de 18 anos
- » Documento oficial com foto
- » Comprovante de residência fixa
- » Autodeclaração de inexistência de condenação por crime doloso com violência ou grave ameaça
- » Uso impessoal e intransferível

de pimenta não deve ser visto como solução para o problema estrutural da violência de gênero. Moreira afirma que a autorização amplia as possibilidades de defesa, mas alerta para o risco de se transferir às mulheres a responsabilidade pela própria segurança.

“A responsabilidade primária continua sendo do Estado. O spray amplia as possibilidades de defesa em situações extremas, mas não elimina a necessidade de investimentos em policiamento, educação, acolhimento das vítimas e combate às causas estruturais da violência de gênero”, afirma.

Vetos

O presidente Lula vetou dispositivos do projeto aprovado pelo Congresso, como a autorização para menores de 18 anos, porte irrestrito para o spray de pimenta, a criação de penalidades administrativas para mulheres que usem a ferramenta de forma indevida, como advertência e multa, e punição para casos de perda, roubo ou furto que não sejam comunicados à polícia. Todos os vetos ainda serão analisados pelo Congresso.

***Estagiários sob a supervisão de Victor Correia**

ALIMENTAÇÃO

Falta hortaliça no prato do brasileiro

O presidente da Associação Brasileira de Horticultura (ABH) e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Hortaliças, Warley Nascimento, alertou ontem que o consumo de legumes e verduras pelos brasileiros ainda é muito baixo, influenciado pela falta de hábito e pelo alto custo dos alimentos.

Ele participou do *CB.Agro* — uma parceria entre **Correio** e TV Brasília — em conversa com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Roberto Fonseca.

“O consumo do brasileiro é baixo comparado ao de outros países. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), que preconiza de 400 a 500 gramas de hortaliças e frutas diariamente por pessoa, o nosso número é de apenas um terço disso. Estamos consumindo cada vez menos hortaliças”, revelou.

“Como consequência, estamos mais obesos, diabéticos e hipertensos. Isso, por outro lado, em termos de saúde, é ruim para nós consumidores, e também estamos lotando os hospitais com essas doenças crônicas”, emendou o convidado.

Embora cite a “correria e falta de

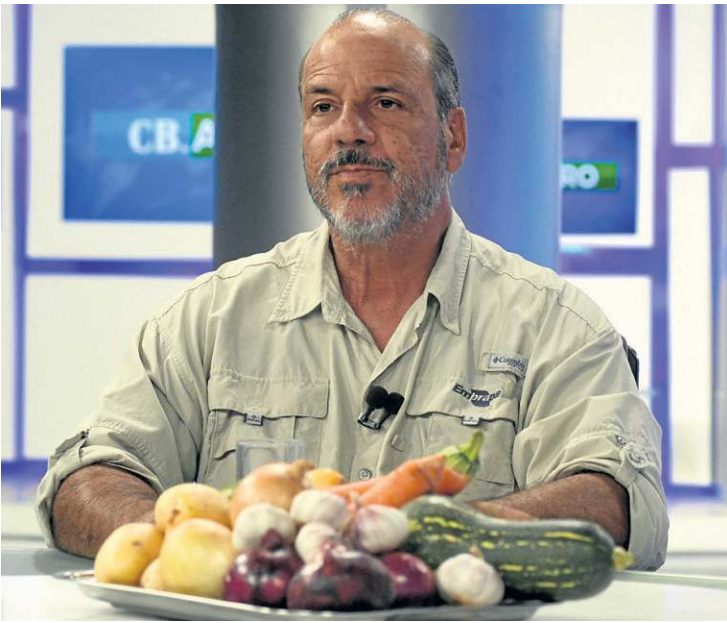
tempo” como fatores que influenciam na alimentação, Nascimento conta que há uma preocupação com o custo da produção, já que insumos como adubos, fertilizantes e a mão de obra estão “caríssimos”. Há ainda uma preocupação com o impacto da crise do petróleo na operação de máquinas e na comercialização.

“Tudo isso afeta o custo de produção e, obviamente, afeta o preço na colheita, no atacado e, por fim, no varejo. E aí, apenas um parêntese: temos que falar também de uma margem de lucro do supermercado que, na maioria das vezes e em alguns estabelecimentos, é alta. O produtor vende o produto a R\$ 1 e o supermercado vende a R\$ 3, R\$ 4 ou R\$ 5. Tudo isso faz com que o produto final fique mais caro”, afirmou.

Para ele, os produtos ultraprocessados têm tido um marketing muito agressivo nas propagandas, no YouTube e na internet. O pesquisador conta que tanto a Embrapa quanto a ABH têm trabalhado nessa alimentação mais saudável, focando no público infantil.

Segundo Nascimento, o setor de hortaliça quer que o consumidor

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Consumo de vegetais é três vezes menor do que o recomendado

consuma mais para ficar mais saudável e, com isso, impulse toda a cadeia, fazendo o produtor vender mais e a região se desenvolver. Porém os produtores pequenos enfrentam taxas que se aplicam aos grandes agricultores.

“Não pode haver a mesma taxa de juros para um grande produtor e para um pequeno produtor que está pagando 15%, 20% ou 25% de juros para produzir um alimento de qualidade”, enfatizou.

Brasília sediou, nesta semana, o Congresso Brasileiro de Olericultura, organizado pela ABH. Segundo o

presidente da associação, o principal tópico debatido foi a agricultura familiar frente às mudanças climáticas.

Impacto do clima

De acordo com o especialista, os eventos extremos de mudança climática prejudicam muito a produção, especialmente os pequenos produtores e agricultores da agricultura familiar, que, na maioria das vezes, não têm acesso a tecnologia nem recursos.

Nascimento destaca preocupação com um super El Niño a

partir do segundo semestre deste ano. Ele conta que congresso teve um painel específico sobre isso, com a presença de professores da Universidade da Flórida, nos Estados Unidos, além de colegas da região.

“Já começou. O Sul já está com chuvas intensas e baixas temperaturas. Isso é muito problemático para essas hortaliças. Pensando em hortaliças folhosas, por exemplo, um dia de frio queima, e perde-se quase tudo. Então, o produtor tem que tomar alguma precaução”, alerta.

Para o entrevistado, uma das preocupações com os efeitos do clima é a falta de acesso, principalmente do pequeno e médio produtor, ao seguro rural. Ele destaca que a Embrapa possui programas para auxiliar o agricultor, como o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc).

De acordo com o entrevistado, o Distrito Federal é uma região bastante interessante para a produção de hortaliças, por conta do clima e da altitude. Por isso, é possível incentivar o consumo desses alimentos na capital e criar hábitos mais saudáveis, especialmente para as crianças, nas escolas.

“Essa diversificação é um papel importante das merendeiras, porque às vezes você não gosta de couve, mas, em um suco verde, ela se torna mais interessante”, finalizou. (CY)

Foie Gras proibido

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem a Lei 15.475, que proíbe a produção e a comercialização de alimentos obtidos por meio da alimentação forçada de animais, como o foie gras, principal alvo da ação. A norma entra em vigor em 180 dias.

O foie gras é uma espécie de patê produzido a partir do fígado de patos ou gansos submetidos à alimentação forçada. O texto deixa claro que a restrição se aplica tanto ao produto comercializado in natura quanto em conserva ou enlatado, mas alcança qualquer alimento cuja produção utilize o mesmo procedimento.

Quem descumprir a norma estará sujeito às penalidades previstas na Lei de Crimes Ambientais por abuso de animais. O Brasil passará a ser o segundo país do mundo a proibir a prática, ao lado da Índia.

A presidente da ONG Animal Equality, Sharon Núñez, classificou a sanção como um marco para a proteção animal. “O foie gras representa uma das práticas mais cruéis cometidas contra animais explorados para consumo humano e essa vitória se torna ainda mais relevante por acontecer em um país com peso global na indústria agropecuária”, disse. (PJ)